



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005130-80.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Anulação de Débito Fiscal**  
 Requerente: **José Butignon e outros**  
 Requerido: **FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Ordinária, proposta por **JOSÉ BUTIGNON, ELENICE PEREIRA DA SILVA, ARMANDO FANTI NETO, REGINALDO APARECIDO VERONI, DENILSON TREVELIN, DEVALDO TREVELIN, JOÃO FRANCISCO GRAMINHA, NAIR COSTA RIBEIRO, OSMAR ÂNGELO e CAROLINA CONSTANZO SILVA BALDAN**, em face da **FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, alegando a ocorrência de prescrição do crédito tributário, relativo ao IPTU que lhes está sendo cobrado, em relação aos seus imóveis localizados no loteamento Jardim Embaré, em São Carlos, referentes aos exercícios de 2003 a 2007 e inscritos em Dívida Ativa, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 6.830/80, que não constam da Dação em Pagamento celebrada em 14/07/10, figurando como devedora a Embaré Empreendimentos Imobiliários Ltda e credor o Município de São Carlos.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 7-124.

A Município apresentou contestação às fls. 131-140 na qual aduz, em resumo que: A) os autores apresentaram extratos de débitos de seus respectivos imóveis e relativos aos IPTU's dos exercícios de 2003 a 2007 e, alguns, também de 2013 e 2014; B) ocorreu interrupção da prescrição em 2 de maio de 2007 e concomitante suspensão da cobrança em 14 de julho de 2010 com a assinatura do Termo de Dação 38/10.

Juntou documentos às fls. 142-183.

**É o relatório.**

**PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 330, I, do CPC, eis que não há necessidade de produção de outras provas.

O pedido merece acolhimento.

É certo que a oferta dos bens à dação em pagamento implica ato extrajudicial

**1005130-80.2015.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

inequívoco que importa no reconhecimento do débito pelo devedor e, portanto, enseja a interrupção da prescrição, a teor do que dispõe o art. 174, § único, inciso IV, do CTN.

Contudo, uma vez interrompido o prazo, volta a correr normalmente, por inteiro. A oferta ocorreu no ano de 2007 e fez parte do processo administrativo 8.420/2007, sendo que o Termo de Dação, ocorrido em 2010, por óbvio não abrangeu os imóveis em questão.

Deflui-se dos documentos de fls. 49-89 que os imóveis foram vendidos pela HB Empreendimentos, em 2013 e 2014, aos requerentes, com lançamentos de IPTU alusivos ao período de 2003 a 2007 e inscritos em Dívida Ativa. Nesse interstício, não há qualquer indício de causa interruptiva ou suspensiva do prazo prescricional. Dessa forma, do ano de 2007 até a presente data, decorreram mais de cinco anos sem que o Município tivesse ajuizado a cobrança dos tributos relativos aos anos de 2003/2007, que estão, portanto, prescritos.

O fato de o Município, por descuido, ter suspenso a cobrança, também, dos débitos aqui discutidos administrativamente, não pode afetar os autores ou impedir a fluência do prazo prescricional.

Ante o exposto, reconheço a prescrição dos créditos de IPTU relativos aos anos de 2003 a 2007, referentes aos imóveis em questão e julgo PROCEDENTE o pedido, com fundamento no artigo 269, IV do CPC.

Observe-se, por fim, que os autores mencionam, apenas os IPTUs dos exercícios de 2003 a 2007 (fls. 04) e não 2014/2015.

Condeno o requerido a arcar com os honorários advocatícios, fixados, por equidade, em R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais), sendo isento de custas, na forma da lei.

**P . R . I**

São Carlos, 10 de dezembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**